

ANEXO 20

DISCIPLINA DE CÁLCULO DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA

**CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO,
MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO
SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO DO TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ**

1. DO MECANISMO DE PAGAMENTO

- 1.1. O PODER CONCEDENTE pagará mensalmente à CONCESSIONÁRIA a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, de acordo com a seguinte fórmula.

$$CPF_m = (CP_m + T \times AD_{i-1} + T \times AUI_m) - DTV$$

Onde,

CPF_m	É a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA.
CP_m	É a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA do mês contratual m , conforme item 1.2 .
AD_{i-1}	É o AJUSTE DE DEMANDA, para o ano contratual imediatamente anterior $i-1$, conforme disposto no item 2.8 abaixo, cujo pagamento é realizado em parcelas trimestrais de igual valor e observando o regramento de atualização monetária que consta do ANEXO 4. ⁽¹⁾
AUI_{m-3}	É o AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, para os 3 (três) meses anteriores até o mês contratual m , conforme disposto no item 1.4 e observado o item 2.8.2 abaixo.
T	É o fator que corresponde a 1 no último mês de cada trimestre do ano contratual e 0 nos demais meses
DTV	É, quando aplicável, na forma do ANEXO 7, o valor de R\$ [--] (--), referente ao desconto pelo descumprimento de algum dos limites de tempo de viagem nos pontos definidos pelo PODER CONCEDENTE, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

(1) Nota: o AJUSTE DE DEMANDA referente ao último ano de CONTRATO deverá ser integralmente recomposto em até 3 (três) meses do encerramento do CONTRATO.

- 1.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA é o valor anual ofertado pela CONCESSIONÁRIA conforme PROPOSTA DE PREÇOS quando da LICITAÇÃO, devendo ser reajustada anualmente pelo IPCA/IBGE nos termos do ANEXO 4.
- 1.2.1. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA no mês contratual m será calculada como 1/12 (um doze avos) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA vigente naquele ano contratual.
- 1.2.2. A CONCESSIONÁRIA somente fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA após o efetivo início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
- 1.2.2.1. Considerar-se-á como a data de referência para fins do início da OPERAÇÃO COMERCIAL o 1º dia do 61º mês contado da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, quando deverá ocorrer o início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
- 1.2.2.2. Se, por motivo atribuível ao PODER CONCEDENTE, houver atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL, a CONCESSIONÁRIA fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em função do impacto econômico e financeiro efetivamente suportado em razão do atraso.
- 1.2.2.3. Durante o período de atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL de que trata o item 1.2.2.1, o PODER CONCEDENTE pagará à CONCESSIONÁRIA,

a título de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em caráter provisório e cautelar, na forma dos itens 1.6 a 1.8, montante correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, calculada considerando o valor *pro rata* previsto no item 2.5 para o ano respectivo, devendo tais valores serem considerados quando do cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

- 1.2.3. Caso a OPERAÇÃO COMERCIAL seja iniciada em data não coincidente com o 1º dia do mês contratual de referência, a CONCESSIONÁRIA fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA de referido mês contratual de forma *pro rata*.
- 1.3. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar transações em que não foi capaz de registrar e produzir as informações pertinentes e necessárias, conforme legislação vigente e normatização da AGÊNCIA REGULADORA sobre o tema, para identificação dos USUÁRIOS não optantes pelo pagamento eletrônico por meio de AVI que transitaram pelos PÓRTICOS instalados, inviabilizando, portanto, (i) a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO por meio do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE e (ii) eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE (TRANSAÇÕES INVÁLIDAS).
 - 1.3.1. Consideram-se como informações mínimas que devem ser produzidas pela CONCESSIONÁRIA, para identificação dos USUÁRIOS, as informações relativas à placa e número de eixos do veículo, bem como demais dados mínimos para emissão de eventual autuação de trânsito, conforme previsto no art. 280 do Código de Trânsito Brasileiro e no ANEXO 4.
 - 1.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá implementar sistema que possua redundâncias capazes de identificar USUÁRIOS que tenham transitado pelos PÓRTICOS e, eventualmente, não puderam ser registrados pelos equipamentos responsáveis por sua identificação e cobrança, inclusive por meio do cruzamento de informações (e.g., contadores de tráfego, SATs, câmeras com capacidade de reconhecimento óptico de caracteres).
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA deverá implementar sistema plenamente auditável, com acesso franqueado à AGÊNCIA REGULADORA de maneira online, para registro de todas as transações referentes ao SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, contemplando as informações necessárias para fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA e do PODER CONCEDENTE, incluindo as TRANSAÇÕES VÁLIDAS e as TRANSAÇÕES INVÁLIDAS.
- 1.5. O AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES a ser computado no cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA será equivalente ao somatório de: (i) 95% das TARIFAS DE PEDÁGIO devidas por aqueles que passaram a ser considerados USUÁRIOS INADIMPLENTES, a partir de TRANSAÇÕES VÁLIDAS; e (ii) 100% das TARIFAS DE PEDÁGIO devidas por aqueles que passaram a ser considerados USUÁRIOS INADIMPLENTES, a partir de TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, nos termos do ANEXO 4.
 - 1.5.1. Não serão computadas no AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES aqueles relacionados às TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, que não se qualifiquem como TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS.
 - 1.5.2. Os valores arrecadados pelas autoridades competentes a título da aplicação de multas aos USUÁRIOS e/ou da cobrança coercitiva da TARIFA DE PEDÁGIO pelo Poder Público perante os USUÁRIOS INADIMPLENTES poderão ser, nos termos da Lei nº 14.157, de 1º de junho de 2021, utilizados para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA.

- 1.6. Para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA do respectivo mês contratual de apuração, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias do mês subsequente, enviar à AGÊNCIA REGULADORA: (i) documento de cobrança mensal emitido contra o PODER CONCEDENTE, indicando o número do CONTRATO e o período de apuração; (ii) memória de cálculo que indique o valor de cada componente da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, nos termos do item 1.1 ; (iii) relatório indicando o número de passagens por cada PÓRTICO, bem como o número de USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do item 10.1.4 do ANEXO 4, destacando o número de TRANSAÇÕES VÁLIDAS e TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS; e (iv) consolidação da lista de informações que possibilite ao PODER CONCEDENTE realizar as atuações dos USUÁRIOS INADIMPLENTES, conforme ANEXO 4.
- 1.7. Em até 30 (trinta) dias do recebimento do material indicado no item 1.6, a AGÊNCIA REGULADORA deverá: (i) avaliar a documentação recebida; (ii) calcular os valores indicados para cada componente da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA; e (iii) encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia à CONCESSIONÁRIA, o documento de cobrança acompanhado de notificação validando o valor apresentado pela CONCESSIONÁRIA ou indicando a parcela incontroversa a ser paga a título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA.
 - 1.7.1. Para fins de apuração do AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, através do sistema automatizado disponibilizado para a AGÊNCIA REGULADORA, uma planilha mensal com os dados de características dos veículos, com números de eixos totais e tocantes, placa e valor da tarifa devida.
 - 1.7.2. O AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES será realizado de acordo com as informações transmitidas pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do item 1.6, ou pelo valor incontroverso indicado pela AGÊNCIA REGULADORA, na forma do item 1.7.
 - 1.7.3. Ao final de cada ano contratual, com os dados da auditoria, conforme estabelecido no ANEXO 5, e com as informações transmitidas pelo DER/SP, nos termos do ANEXO 4, caso a AGÊNCIA REGULADORA identifique eventual incongruência em relação ao valor informado pelo CONCESSIONÁRIA nos 12 (doze) meses anteriores referente ao AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, serão realizados eventuais ajustes e compensações.
- 1.8. O PODER CONCEDENTE, a depender da notificação da AGÊNCIA REGULADORA indicada no item 1.7 , efetuará o pagamento integral ou da parcela incontroversa da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do documento de cobrança pela AGÊNCIA REGULADORA.
- 1.9. Em até 10 (dez) dias do termo final do PRAZO DA CONCESSÃO, ou quando da extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA relatório contendo as informações indicadas no item 1.6 contemplando as memórias relativas ao cálculo das variáveis da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA ainda não cobertas na documentação dos meses anteriores, a fim de demonstrar saldos, em favor do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, ainda não quitados.
 - 1.9.1. A partir do recebimento do relatório de que trata o item 1.9 , aplicam-se os prazos disciplinados nos itens 1.7 e 1.8.
- 1.10. Caso a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA calculada no mês m seja negativa, será constituído um crédito em favor do PODER CONCEDENTE, a ser automaticamente utilizado para o pagamento do montante dos meses subsequentes.
- 1.11. Na ocasião de haver saldo em favor do PODER CONCEDENTE ou da

CONCESSIONÁRIA no âmbito da apuração dos saldos da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, inclusive em virtude da incidência do AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES e do AJUSTE DE DEMANDA, este deverá ser quitado pelas PARTES como condição prévia à assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

- 1.12. No caso de falta de pagamento pontual de qualquer das parcelas mensais da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, por culpa do PODER CONCEDENTE, se o atraso superar 5 (cinco) dias úteis, o valor devido ficará automaticamente acrescido de juros de mora e correção monetária que, em seu conjunto, correspondem à variação *pro rata temporis* da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento.
- 1.13. Caso a AGÊNCIA REGULADORA não tenha validado integralmente o valor apresentado pela CONCESSIONÁRIA para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, deverá notificá-la das informações que motivaram sua rejeição, de maneira concomitante ao envio de que trata o item 1.7.
 - 1.13.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, em até 10 (dez) dias do recebimento da notificação de que trata o item 1.13, efetuar as correções necessárias para regularização do valor controverso, ou apresentar as justificativas pertinentes, por meio de comunicação endereçada à AGÊNCIA REGULADORA.
 - 1.13.2. Recebida a comunicação de que trata o item 1.13.1, a AGÊNCIA REGULADORA avaliará as correções e/ou justificativas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA e, se cabível, providenciará a compensação de eventuais saldos em favor do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA por meio da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA relativa ao mês calendário subsequente.
 - 1.13.3. Caso a AGÊNCIA REGULADORA não aceite as justificativas ou correções apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, esta poderá submeter a controvérsia aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados no Capítulo XI do CONTRATO.
- 1.14. A cada aniversário do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar relatório auditado indicando a conformidade das informações prestadas nos termos do item 1.6, observado o disposto no ANEXO 4, com relação às informações referentes aos USUÁRIOS INADIMPLENTES.
 - 1.14.1. Anualmente, a AGÊNCIA REGULADORA analisará o relatório auditado apresentado pela CONCESSIONÁRIA nos termos do item 1.14 e, caso haja diferença no valor efetivamente pago pelo PODER CONCEDENTE, deverá ser acordada uma forma de compensação, seja em benefício do PODER CONCEDENTE, seja em benefício da CONCESSIONÁRIA.
- 1.15. O pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA será realizado pelo PODER CONCEDENTE mediante recursos oriundos (i) do SALDO DE RECOMPOSIÇÃO, conforme APÊNDICE B e (ii) do saldo de seu próprio orçamento. Para tanto, o PODER CONCEDENTE se obriga a incluir, na proposta orçamentária anual, dotação específica para o exercício subsequente com valor suficiente para pagar, no mínimo, a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA.
 - 1.15.1. Caso em determinado ano calendário seja verificado que a soma dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA seja superior ao valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, o PODER CONCEDENTE deverá incluir na proposta orçamentária do ano seguinte, nos termos do item 1.15, valor suficiente para garantir ao longo do ano o devido pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA.

1.16. Os recursos relacionados à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA serão depositados, quando de seu pagamento, na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.

1.16.1. Os descontos relativos ao IQD e ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO incidirão sobre o montante depositado a título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.

2. DO MECANISMO DE MITIGAÇÃO DO RISCO DE DEMANDA

2.1. Constituirá EVENTO DE DESEQUILÍBRIO a percepção de demanda em patamares inferiores a 90% (noventa) ou superiores a 110% (cento e dez por cento) da DEMANDA ESTIMADA, a qual terá como parâmetro a RECEITA TARIFÁRIA auferida pela CONCESSIONÁRIA, nos termos deste ANEXO e conforme Cláusula 21.3 do CONTRATO.

2.2. A aplicação do mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO independe do fato gerador da variação na demanda da CONCESSÃO, salvo para os casos de atuação flagrantemente dolosa da CONCESSIONÁRIA com vistas a assegurar patamar de aplicação do mecanismo ora referido.

2.3. O mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO se sobrepõe a quaisquer pleitos adicionais ou complementares de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrentes do impacto, direto ou indireto, de qualquer EVENTO DE DESEQUILÍBRIO na demanda da CONCESSÃO, tais como:

- (i) criação, aprimoramento, ou ainda a extinção de rotas concorrentes;
- (ii) alteração das condições socioeconômicas;
- (iii) surgimento de outros modais de transporte concorrentes;
- (iv) eventos caracterizáveis como caso fortuito ou força maior;
- (v) atrasos no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuíveis ao PODER CONCEDENTE;
- (vi) alterações nas condições de circulação de veículos no viário contíguo ou na área de influência do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO;
- (vii) Atos de vandalismo que destruam, alterem ou de qualquer forma impeçam o pleno funcionamento dos PÓRTICOS, inviabilizando a identificação de USUÁRIOS e a arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO; e
- (viii) outros EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO que possam impactar, direta ou indiretamente, a demanda da CONCESSÃO, ressalvados os eventos que possuam tratamento distinto expressamente previsto no CONTRATO e ANEXOS.

2.4. O mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO não altera a alocação dos demais riscos previstos no CONTRATO e, portanto, os demais impactos causados pelos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, que não sobre a demanda da CONCESSÃO, deverão ser avaliados nos termos do regramento aplicável à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, caso aplicável.

2.5. A DEMANDA ESTIMADA a ser considerada para fins do mecanismo disposto no presente ANEXO tem os seguintes valores, para cada ano de CONTRATO:

Ano de CONTRATO	Demanda estimada
[--]	[--]

2.5.1. Sempre que houver modificação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO, quer em decorrência de reajustes efetuados na TARIFA DE PEDÁGIO BASE nos termos do ANEXO 4, quer em decorrência de modificações da TARIFA DE PEDÁGIO ocasionadas em razão de reequilíbrio econômico-financeiro ou medidas de política tarifária, os valores indicados na tabela disposta no item 2.5 deverão ser reajustados na mesma data e segundo os mesmos critérios.

2.6. A DEMANDA ESTIMADA foi estipulada com base na arrecadação projetada para os dois sentidos de tráfego do TÚNEL IMERSO.

2.7. A aferição do eventual desequilíbrio contratual considerará, a cada medição, sempre a demanda observada no período da medição, com base na fórmula do item 2.7.1, em comparação com a DEMANDA ESTIMADA para o mesmo período.

2.7.1. A demanda observada no período da medição será calculada de acordo com as seguintes fórmulas e definições:

$$DO_i = (RT_i + AUI_i + 5\% \times TV_i + TI_i)$$

Onde,

DO_i	É a demanda observada, com base na arrecadação de RECEITA TARIFÁRIA, no AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, em 5% das TRANSAÇÕES VÁLIDAS de USUÁRIOS INADIMPLENTES e nas TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, para o ano contratual i , no conjunto de PÓRTICOS, após o início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
RT_i	É a arrecadação de RECEITA TARIFÁRIA da CONCESSIONÁRIA, para o ano contratual i , no conjunto de PÓRTICOS, após o início OPERAÇÃO COMERCIAL.
AUI_i	É o AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES para o ano contratual i , conforme disposto no item 1.5.
TV_i	É o valor de arrecadação que a CONCESSIONÁRIA teria auferido em razão de USUÁRIOS que trafegaram pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, mas foram contabilizados como TRANSAÇÕES VÁLIDAS, e não compõem o AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, para o ano contratual i , conforme previsto no item 1.5.
TI_i	É o valor de arrecadação que a CONCESSIONÁRIA teria auferido em razão de USUÁRIOS que trafegaram pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, mas foram contabilizados como TRANSAÇÕES INVÁLIDAS excluídas as TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, para o ano contratual i , conforme previsto item 1.5.

2.8. O AJUSTE DE DEMANDA será calculado de acordo com as seguintes fórmulas e definições:

$$\text{Se, } DO_i \geq 110\% \times DE_i : AD_i = ([110\% \times DE_i] - DO_i) \times FC$$

$$\text{Se, } DO_i < 90\% \times DE_i : AD_i = (90\% \times DE_i - DO_i)$$

$$\text{Se, } 90\% \times DE_i \leq DO_i < 110\% \times DE_i : AD_i = 0$$

Onde,

DO_m	É a demanda observada, para os 12 (doze) meses anteriores até o mês contratual m , calculada na forma do item 2.7.1.
DE_m	É a demanda estimada para os 12 (doze) meses anteriores até o mês contratual m , conforme item 2.14 abaixo.
AD_m	É o AJUSTE DE DEMANDA, para os 12 (doze) meses anteriores até o mês contratual m .
CP_m	É a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA do mês contratual m , conforme item 1.2.
FC	É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE equivalente a 50%.

2.8.1. Caso, após a aferição do valor de AJUSTE DE DEMANDA, nos termos do item 2.8., seja verificada a condição abaixo:

$$90\% \times DE_i > RT_i + AUI_i + DUF_i + TI_i$$

O AJUSTE DE DEMANDA deverá ser recalculado da seguinte forma:

$$AD_i = (90\% \times DE_i - RT_i - AUI_i - DUF_i - TI_i)$$

Onde,

DE_i	Possui o significado atribuído no item 2.7.1
AD_i	Possui o significado atribuído no item 2.7.1
RT_i	Possui o significado atribuído no item 2.7.1.
AUI_i	Possui o significado atribuído no item 2.7.1.
TI_i	Possui o significado atribuído no item 2.7.1.

2.8.2. Caso (a) se materialize a hipótese “1” prevista no item 2.8 acima, e (b) haja recomposições decorrentes do AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, referidas recomposições limitar-se-ão, em conjunto, ao montante necessário para, no respectivo período de referência, que a CONCESSIONÁRIA tenha remuneração equivalente a 110% (cento e dez por cento) da DEMANDA ESTIMADA.

2.9. A cada REVISÃO ORDINÁRIA, será avaliada a ocorrência de eventual EVENTO DE DESEQUILÍBRIO favorável ao PODER CONCEDENTE, nas seguintes condições:

2.10. caso:

$$DOAA_i \geq 110\% \times DEAA_i$$

E

$$ADA_i \geq ([110\% \times DEAA_i] - DOAA_i) \times FC$$

Onde,

$DOAA_i$	É a demanda observada, conforme definição do item 2.7.1, acumulada do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i , no conjunto de PÓRTICOS.
$DEAA_i$	É a demanda estimada, acumulada do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i , conforme item 2.14 .
ADA_i	É o AJUSTE DE DEMANDA, conforme item 2.8, acumulado do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i .
FC	É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE, conforme item 2.8.

Será reconhecido EVENTO DE DESEQUILÍBRIO favorável ao PODER CONCEDENTE, equivalente a:

$$DPC_i = \{([110\% \times DEAA_i] - DOAA_i) \times FC + ADA_i\} - DPCA$$

Onde,

DPC_i	Desequilíbrio favorável ao PODER CONCEDENTE, decorrente do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, no ano contratual i .
$DPCA$	Valor referente a eventuais desequilíbrios favoráveis ao PODER CONCEDENTE, decorrentes do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, efetivados em REVISÕES ORDINÁRIAS anteriores.
$DOAA_i$	É a demanda observada, conforme definição do item 2.7.1, acumulada do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i , no conjunto de PÓRTICOS.
$DEAA_i$	É a demanda estimada, acumulada do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i , conforme item 2.15 abaixo.
ADA_i	É o AJUSTE DE DEMANDA, conforme item 2.8, acumulado do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i .
FC	É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE, conforme item 2.8.

2.11. caso:

$$DOAA_i < 90\% \times DEAA_i$$

E

$$ADA_i \geq ([90\% \times DEAA_i] - DOAA_i)$$

Onde,

$DOAA_i$	É a demanda observada, conforme definição do item 2.7.1, acumulada do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i , no conjunto de PÓRTICOS.
$DEAA_i$	É a demanda estimada, acumulada do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i , conforme item 2.14 abaixo.
ADA_i	É o AJUSTE DE DEMANDA, conforme item 2.8, acumulado do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i .

- 2.12. Será reconhecido EVENTO DE DESEQUILÍBRIO favorável ao PODER CONCEDENTE, equivalente a:

$$DPC_i = -\{([90\% \times DEAA_i] - DOAA_i) - ADA_i\} - DPCA$$

Onde,

DPC_i	Desequilíbrio favorável ao PODER CONCEDENTE, decorrente do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, no ano contratual i .
$DPCA$	Valor referente a eventuais desequilíbrios favoráveis ao PODER CONCEDENTE, decorrentes do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, efetivados em REVISÕES ORDINÁRIAS anteriores.
$DOAA_i$	É a demanda observada, conforme definição do item 2.7.1, acumulada do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i , no conjunto de PÓRTICOS.
$DEAA_i$	É a demanda estimada, acumulada do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i , conforme item 2.14 .
ADA_i	É o AJUSTE DE DEMANDA, conforme item 2.8, acumulado do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até o ano contratual i .

- 2.12.1. O montante a ser reequilibrado, conforme previsto nos itens 2.11 e 2.12, deverá ser descontado do pagamento das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS DEVIDAS seguintes até a quitação do valor integral.

- 2.13. Todos os USUÁRIOS que transitarem pelo SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, incluindo os USUÁRIOS INADIMPLENTES e os USUÁRIOS que sejam identificados para fins de contabilização das TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, deverão ter seus respectivos valores aplicáveis de TARIFA DE PEDÁGIO computados na demanda observada, na forma do item 2.7.1, com exceção dos beneficiários de isenções, nos termos do ANEXO 4.

- 2.13.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá receber, por meio do mecanismo de mitigação do risco de demanda, valores de TARIFA DE PEDÁGIO por ela já percebidos, inclusive por meio do AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES.

2.13.2. O mecanismo de mitigação do risco de demanda também não se prestará à recomposição de perdas de receita decorrentes de regimes de tarifação diferenciada, descontos tarifários ou isenções propostos pela CONCESSIONÁRIA, devendo o valor total da renúncia tarifária decorrente destes regimes, descontos ou isenções, ser incorporado ao cálculo da demanda observada da CONCESSIONÁRIA.

2.14. Para o cálculo de DE_m , a seguinte fórmula deverá ser considerada:

$$DE_m = \frac{DEA_i \times DD_m}{365}$$

Onde,

DE_m tem o significado atribuído no item 2.14.

DEA_i é a DEMANDA ESTIMADA do ano contratual i , conforme item 2.5 .

DD_m é o número de dias do mês contratual referente ao período de aferição.

2.14.1. A DEMANDA ESTIMADA do ano contratual i deverá ser ajustada de modo a contemplar os ajustes aplicados à TARIFA DE PEDÁGIO segundo os mesmos critérios e quando da sua efetiva implementação, conforme disposto no item 2.5.1.

2.15. Considerar-se-á como a data de referência para fins do início do funcionamento do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda o 1º dia do 61º mês, quando ocorrer o início da OPERAÇÃO COMERCIAL.

2.16. Caso a OPERAÇÃO COMERCIAL seja iniciada após o prazo previsto no item 2.15 acima, por risco atribuível à CONCESSIONÁRIA, deverão ser desconsiderados do cálculo indicado no item 2.15 acima as demandas correspondentes aos dias de atraso entre a data indicada neste item e o efetivo início da OPERAÇÃO COMERCIAL, tanto para fins da demanda estimada quanto da demanda observada.

2.17. Caso a OPERAÇÃO COMERCIAL seja iniciada após o prazo previsto no item 2.15, por risco atribuível ao PODER CONCEDENTE, aplica-se o disposto no item 1.2.2.3.

2.18. Os montantes de referência para o cálculo da compensação decorrente do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, dispostos neste ANEXO, consideram a incidência tributária e, portanto, o AJUSTE DE DEMANDA considerado no cálculo e posterior pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA já constituem quitação entre as PARTES em relação aos impactos de referido mecanismo.

2.19. Caso por qualquer motivo os ajustes decorrentes do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda não sejam efetivados no âmbito do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, de modo a alcançar a neutralidade necessária, deverão ser considerados, conforme o caso, os tributos aplicáveis, bem como demais impactos incidentes no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA, observada a modalidade de recomposição escolhida nos termos da Cláusula Vigésima Quinta do CONTRATO, de modo a garantir que os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes e demais impactos no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA sejam contemplados no cálculo, conforme disposto na Cláusula 24.5.6 do CONTRATO.